

Determinantes da qualidade da informação contábil em grandes companhias abertas listadas na BM&FBOVESPA

Resumo

Objetivo: Identificar os fatores que influenciam na qualidade da informação contábil das maiores empresas listadas na BM&Bovespa.

Método: Pesquisa realizada em uma amostra composta por 100 companhias abertas. A qualidade da informação foi analisada por meio de um índice desenvolvido por Fathi (2013), composto por 78 itens e que contemplam informações obrigatórias e voluntárias. Os fatores determinantes observados foram governança corporativa, empresa de auditoria, existência de comitê de auditoria, concentração acionária, investidores institucionais e internacionalização da empresa.

Resultados: Os resultados revelaram um índice médio de evidência equivalente a 78%. A maioria das companhias estavam listadas em níveis diferenciados de governança; eram auditadas por big four e possuíam Comitê de Auditoria. O percentual médio de concentração acionária foi 41,37%; em 44% delas havia investidores institucionais no quadro acionário; e apenas 19% negociavam ações em bolsa americana. Em relação aos fatores determinantes, verificou-se que o fato de a empresa ser auditada por big four; possuir Comitê de Auditoria; possuir participação acionária de investidores institucionais; e negociar ações em bolsa americana reflete-se em informações divulgadas de melhor qualidade.

Contribuições: Os achados fornecem evidências adicionais para a literatura existente, além de serem relevantes para os diversos usuários das informações contábeis, tais como analistas e investidores.

Palavras-chave: Determinantes; Qualidade da informação contábil; Grandes companhias abertas listadas na BM&FBovespa.

Geovanne Dias de Moura

Doutor em Ciências Contábeis e Administração pela Universidade Regional de Blumenau (Furb) e Professor na Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unhochapecó). **Contato:** Av. Senador Atilio Fontana, 591-E, Efapi, Chapecó/SC, CEP: 89.809-000. E-mail: geomoura@terra.com.br

Mayara Zanchi

Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unhochapecó) e Consultora na Proaudi & Adviser Consultoria Tributária S/S. **Contato:** Lauro Muller, 50-E, Centro, Chapecó/SC, CEP: 89.801-600. E-mail: mayarazanchi@unochapeco.edu.br

Sady Mazzioni

Doutor em Ciências Contábeis e Administração pela Universidade Regional de Blumenau (Furb) e Professor na Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unhochapecó). **Contato:** Av. Senador Atilio Fontana, 591-E, Efapi, Chapecó/SC, CEP: 89.809-000. E-mail: sady@unochapeco.edu.br

Francisca Francivânia Rodrigues Ribeiro Macêdo

Doutora em Ciências Contábeis e Administração pela Universidade Regional de Blumenau (Furb) e Professora na Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). **Contato:** Av. da Universidade, 850, Betânia, Sobral/CE, CEP: 62.040-370. E-mail: francymacedo2011@gmail.com

Silvana Dalmutt Kruger

Doutoranda em Contabilidade pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Professora na Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unhochapecó). **Contato:** Av. Senador Atilio Fontana, 591-E, Efapi, Chapecó/SC, CEP: 89.809-000. E-mail: silvanak@unochapeco.edu.br

1. Introdução

A evidenciação constitui-se em compromisso inalienável da contabilidade com os usuários, que, por sua vez, necessitam das informações de caráter financeiro e econômico, também informações acerca das operações, dos recursos e das obrigações de uma entidade (Iudícibus, 2010). Portanto, ao apresentar informações de qualidade, a contabilidade proporcionará uma base útil para a tomada de decisão de diversificados usuários.

A utilidade é fator fundamental e está relacionada com a influência na tomada de decisões econômicas que envolvem a entidade, com o acompanhamento da evolução patrimonial e com a possibilidade da realização de inferências sobre o futuro (Bao & Lewellyn, 2017; Xue & Hong, 2016). A qualidade está associada ao nível de transparência nas evidenciações contábeis, pois, quando os relatórios contábeis são manipulados, ou ainda, quando existe um número excessivo de itens não recorrentes, torna-se baixa a qualidade da informação para os usuários (Paulo & Martins, 2007).

A qualidade elevada das informações contábeis desempenha um papel fundamental na redução da assimetria de informação entre os principais (acionistas, credores) e os agentes (gestores) (Kim, Miller, Wan & Wang, 2016; Luthan, Satria & Ilmainir, 2016). Também permite reduzir a assimetria de informação entre gestores e fornecedores externos de capital e, ainda, melhorar a eficiência dos investimentos (Biddle & Hilary, 2006). Contudo, a qualidade da informação contábil é difícil de ser observada e de ser mensurada (Isidro & Raonic, 2012). Além disso, não há uma concordância ou abordagem predominante e geralmente aceita para medi-la (Yoon, 2007).

Todavia, a qualidade da informação contábil pode ser avaliada a partir de atributos, tais como persistência, conservadorismo, gerenciamento dos resultados contábeis, qualidade na mensuração dos *accruals*, transparência, nível de *disclosure*, pela relação dos números contábeis com o desempenho dos preços das ações ou, então, valor de mercado reportado pelas empresas (Dechow, Ge & Schrand, 2010).

Ressalta-se que a qualidade da informação contábil pode ser influenciada por fatores normativos e por determinadas características empresariais, a exemplo da concentração de propriedade, alavancagem financeira, presença em listagem estrangeira e do desempenho econômico, além das forças de mercado (Gaio, 2010; Isidro & Raonic, 2012; Fathi, 2013). A existência de uma série de fatores sociais, econômicos, políticos e comportamentais também exercem influências que contribuem para que os diversos agentes econômicos não possuam a mesma informação, qualitativa e/ou quantitativamente. Fatores como o sistema de governança, auditoria, regulação contábil e sistema de normas, *enforcement*, tributação, relações jurídicas dos contratos, fornecedores de recursos, entre outros, afetam, diretamente, a qualidade das informações contábeis presentes nas demonstrações publicadas pelas empresas (Paulo, Cavalcante & Melo, 2012; Fathi, 2013; Miko & Kamardin, 2015).

Neste contexto, o estudo pretende responder à seguinte questão de pesquisa: **quais fatores influenciam na qualidade da informação contábil das maiores empresas listadas na BM&FBOVESPA?** Assim, o objetivo do estudo consiste em identificar os fatores que influenciam na qualidade da informação contábil das maiores empresas listadas na BM&Bovespa.

No Brasil, onde o interesse pela pesquisa desse tema continua crescente, a investigação dos fatores determinantes para a qualidade da informação contábil ainda se constitui em lacuna de pesquisa relevante, dados os resultados divergentes em estudos anteriores. Então, em razão da importância para os gestores, acionistas e demais *stakeholders* das empresas do mercado acionário, esta pesquisa justifica-se, também por buscar identificar as variáveis determinantes que podem ter maior influência na qualidade da informação contábil.

2. Referencial Teórico

Nesta seção, apresenta-se o referencial teórico, que serviu de sustentação para as hipóteses e para o desenvolvimento do estudo empírico.

2.1 Qualidade da informação contábil

A contabilidade está entre as principais fontes utilizadas como meio para a tomada de decisão, análise e controle. Por isso, é imprescindível que as informações contábeis tenham qualidade para que sejam úteis aos diversos usuários, pois uma informação contábil de má qualidade conduz a maiores custos de agência, assimetria de informação e proporciona inadequada proteção aos acionistas (Dyck & Zingales, 2004).

Por outro lado, uma informação contábil de qualidade proporcionará redução nos custos de capital (Leuz & Verrecchia, 2000), redução da assimetria de informação entre a empresa e fornecedores externos de capital, melhoria da eficiência nos investimentos e na alocação do capital (Biddle & Hilary, 2006), além do aumento da mobilidade internacional do capital (Young & Guenther, 2003).

A divulgação de informação contábil de qualidade, conforme descreve Rusanescu (2013), é de interesse, principalmente, daqueles que utilizam os informes contábeis para fins de contratação (contratos de empréstimos ou incentivos salariais da gerência) e tomada de decisões econômicas de investimentos.

Uma forma muito utilizada para aferição da qualidade é por meio de métricas que captam atributos, tais como o gerenciamento de resultados, conservadorismo, relevância, tempestividade, persistência, e oportunidade (Habbash, Xiao, Salama & Dixon, 2014; Lin, Wu, Fang & Wun, 2014; Moura, Ziliotto & Mazzioni, 2016). Como exemplos de pesquisas que utilizaram tais atributos, podem ser citadas Kouaib e Jarboui (2014), Bao e Lewellyn (2017), García, Alejandro, Sáenz & Sánchez (2016), e Xue e Hong (2016).

No entanto, de acordo com Gabriel (2011), as pesquisas não devem ficar restritas apenas às análises por meio destes atributos. Então, outra maneira de analisar a qualidade da informação é por meio de índices. Na literatura, foram elaborados índices compostos apenas por informações obrigatórias; outros elaborados apenas por informações voluntárias; e há também aqueles compostos por informações obrigatórias e voluntárias. Como exemplo de pesquisas que utilizaram índices, podem ser citadas as de Inchausti (1997), Naser e Nuseibeh (2003), Huafang e Jianguo (2007), Wang, Sewon e Claiborne (2008), Gabriel (2011), Fathi (2013) e Yurisandi e Puspitasari (2015).

2.2 Determinantes da qualidade da informação contábil e hipóteses da pesquisa

Diversos fatores são apontados na literatura como influenciadores da qualidade da informação contábil das companhias, tais como governança corporativa, empresa de auditoria, comitê de auditoria, concentração acionária, investidores institucionais e internacionalização da empresa. Na sequência, descreve-se cada um deles, juntamente com as respectivas hipóteses de pesquisa.

2.2.1 Governança corporativa

A governança corporativa é vista como um conjunto de mecanismos que pode contribuir de forma eficaz para atenuar o comportamento oportunista dos gestores, reduzir a assimetria de informações, ajudar a proteger os interesses dos diversos *stakeholders* e também melhorar a qualidade das informações divulgadas (Luthan *et al.*, 2016; Xue & Hong, 2016). Nesse sentido, diversos pesquisadores, como, por exemplo, Shah, Zafar e Durrani (2009), Fathi (2013), Habbash *et al.* (2014) e Chen, Cheng e Wang (2015), destacam que a governança corporativa tem seu foco principal na melhoria da qualidade dos relatórios financeiros, bem como sobre a criação de mecanismos eficazes no monitoramento da gestão.

De acordo com autores, como Bukhori e Raharja (2012), Dharma e Nugroho (2013) e Riwayati, Mar-konah e Siladjaja (2016), a governança envolve princípios que incluem: 1) transparência, visto que as empresas devem revelar não apenas as informações obrigatórias, mas também informações voluntárias importantes para tomada de decisões pelos acionistas, credores e outras partes interessadas; 2) prestação de contas, que é indispensável para alcançar o desempenho contínuo; 3) responsabilidade, para com a sociedade, meio ambiente, legislação e continuidade dos negócios no longo prazo; 4) independência, em relação aos acionistas e gestores; e 5) igualdade e justiça, no sentido de sempre considerar os interesses de todos os *stakeholders*.

Assim, um sistema de governança corporativa fortalecido, baseado em um conjunto de boas práticas e também em um conselho de administração bem estruturado, tem sido descrito como relevante para o alinhamento de interesses e para melhoria da qualidade da informação contábil (Fathi; 2013; Brandão & Crisóstomo, 2015). Diante disso, estabelece-se a primeira hipótese de pesquisa:

H₁: A qualidade da informação contábil é superior em empresas que possuem melhores práticas de governança corporativa.

Na mesma linha de raciocínio, pode-se esperar que empresas com melhores práticas de governança corporativa divulguem informações de melhor qualidade, conforme verificaram Fathi (2013), Mansor, Che-Ahmad, Ahmad-Zaluki e Osman (2013), Chi, Hung, Cheng e Lieu (2015), Shan (2015), Luthan *et al.* (2016) e Xue e Hong (2016).

2.2.2 Auditoria

A auditoria, de acordo com Huguet e Gandía (2016), enquanto atividade, consiste na revisão da informação financeira e desempenha um papel importante na garantia da credibilidade e da confiabilidade da informação financeira. Essa garantia, ainda segundo os autores, é assegurada por três subfunções: a) subfunção da informação, que melhora a credibilidade das informações contábeis e ajuda a reduzir custos de financiamento; b) subfunção de monitoramento, que ajuda a melhorar a qualidade da informação contábil, reduzindo o comportamento oportunista dos gestores; e c) subfunção de seguro, que garante que os usuários possam confiar nas informações financeiras auditadas por conta da responsabilidade que os auditores assumem em caso de falhas de auditoria.

A qualidade da auditoria, conforme ressaltam Miko e Kamardin (2015), está na possibilidade de que os auditores descubram irregularidades nas demonstrações financeiras e as divulguem às partes interessadas. Outro aspecto importante, segundo Kouaib e Jarbouï (2014) e Huguet e Gandía (2016) é que a qualidade da auditoria pode apresentar diferenças, dependendo do auditor contratado. Para os autores, grandes empresas de auditoria, como as *big four*, podem fornecer serviços de qualidade superior, no comparativo com auditores não *big four*.

Conforme destacam diversos autores, tais como Kouaib e Jarbouï (2014), Huguet e Gandía (2016) e Miko e Kamardin (2015), os auditores *big four* têm capacidade para fornecer uma maior qualidade de auditoria porque possuem melhores recursos e tecnologia, pessoal mais bem treinado para a prática de auditoria, além de possuírem um grande número de clientes e, por isso, não se importarão em perder clientes que não priorizam a qualidade da informação. Assim, estabelece-se a segunda hipótese de pesquisa:

H₂: A qualidade da informação contábil é superior em empresas auditadas por *big four*.

Espera-se que empresas auditadas por *big four* divulguem informações de melhor qualidade, conforme constataram Kouaib e Jarboui (2014), Shan (2015), Huguet e Gandía (2016) e Xue e Hong (2016).

2.2.3 Presença de comitê de auditoria

A principal função do Comitê de Auditoria é supervisionar o processo de elaboração dos relatórios financeiros nas empresas. Ele se reúne regularmente com os auditores externos e com gestores financeiros internos para rever as demonstrações financeiras da empresa, os processos de auditoria e os controles internos de contabilidade (Klein, 2002).

O comitê de auditoria, de acordo com Miko e Kamardin (2015), monitora e certifica a qualidade dos relatórios financeiros. Este papel de monitoramento reflete, segundo Badolato, Donelson e Ege (2014), os princípios da Teoria da Agência e a necessidade de monitorar os gestores para reduzir sua capacidade de expropriar acionistas.

Um Comitê de Auditoria ativo, funcionando adequadamente e de forma estruturada, conforme Xie, Davidson III e Dadalt (2003), é fundamental. Os autores destacam que o comitê deve ser constituído por uma grande proporção de auditores externos independentes. Devem possuir *backgrounds* corporativos e financeiros; os profissionais que o constituem devem ter experiência e treinamento para entender o gerenciamento de resultados, por exemplo. Nesse sentido, para Fathi (2013), o Comitê de Auditoria pode ser visto como um aliado para o controle na melhoria da qualidade da informação contábil entre os acionistas e gestores, sendo responsável em divulgar informações com relevância e fiabilidade. Dessa forma, estabelece-se a terceira hipótese de pesquisa:

H₃: A qualidade da informação contábil é superior em empresas que possuem comitê de auditoria.

Nessa direção, espera-se que as empresas que possuem comitês de auditoria divulgarão informações de melhor qualidade, assim como apontaram os achados de Xie et al. (2003), Fathi (2013), Mansor et al. (2013), Badolato et al. (2014), e Luthan et al. (2016).

2.2.4 Concentração acionária

Diz-se que uma empresa está altamente concentrada quando uma parcela significativa do capital está em posse de poucos indivíduos. Poucos indivíduos com maior participação têm mais incentivos para se preocupar com seus interesses e, portanto, monitorar a gestão dos assuntos da empresa. Sendo assim, os gestores de empresas altamente concentradas tendem a ser altamente monitorados (Usman & Yero, 2012; Bao & Lewellyn, 2017).

Grandes investidores também possuem maior acessibilidade às ações dos executivos. Deste modo, podem contribuir para reduzir o comportamento discricionário dos gestores, haja vista que grandes investidores visam à maximização do lucro da empresa e maior controle sobre os seus ativos para terem seus direitos respeitados (Usman & Yero, 2012; Kouaib & Jarboui, 2014).

Nesse sentido, Kouaib e Jarboui (2014) relatam que uma propriedade concentrada nas mãos de um acionista principal permite, inclusive, controlar efetivamente o processo de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Assim, a concentração de capital poderia ser um fator influenciador para a qualidade da informação contábil. Diante disso, se estabelece a quarta hipótese de pesquisa:

H₄: A qualidade da informação contábil é superior em empresas que possuem maior concentração acionária.

Portanto, espera-se que empresas com maior concentração acionária divulgarão informações de melhor qualidade, assim como nos estudos de Usman e Yero (2012), Bouvatier, Lepetit e Strobel (2014), Kouaib e Jarboui (2014), Shan (2015) e Bao e Lewellyn (2017).

2.2.5 Investidores institucionais

Os investidores institucionais geralmente têm grandes percentuais de ações e que proporcionam retornos consideráveis. Isso justifica ações e custos associados ao monitoramento dos acionistas controladores e dos gestores. Portanto, em comparação com outros investidores, os institucionais possuem melhores recursos para coletar informações mais confiáveis, inclusive sobre as expectativas de resultados (Kouaib & Jarboui, 2014; Bao & Lewellyn, 2017).

Com base nos pressupostos da Teoria da Agência, a propriedade institucional também pode servir como um elemento de controle efetivo, ou seja, pode cumprir funções de governança, no sentido de monitorar, disciplinar e influenciar os gestores corporativos (Inglely & Van Der Walt, 2004). Esse papel fica ainda mais evidente, de acordo com Kouaib e Jarboui (2014), em países emergentes, por serem ambientes marcados por conflitos e assimetria de informação. Nesses ambientes, ainda de acordo com os autores, os investidores institucionais podem ser considerados os agentes mais exigentes em termos de informação financeira de qualidade.

Nesse sentido, Fathi (2013) e Kouaib e Jarboui (2014) descrevem que os acionistas institucionais são investidores mais sofisticados e, portanto, estarão mais aptos a analisarem com precisão o desempenho da empresa e, conseqüentemente, a detectar informações de baixa qualidade. Isso não apenas fornece maior conhecimento específico da empresa para eles, mas, também, aprimora esse tipo de capacidade nos controladores para monitorarem o comportamento discricionário dos gestores. Assim, se estabelece a quinta hipótese de pesquisa:

H₅: A qualidade da informação contábil é superior em empresas que possuem participação acionária de investidores institucionais.

Nessa linha de raciocínio, pode-se esperar que empresas que possuem participação acionária de investidores institucionais divulgarão informações de melhor qualidade, conforme constataram Koh (2007), Hadani, Goranova e Khan (2011), Njah e Jarboui (2013), Lin *et al.* (2014) e Kim, Miller, Wan e Wang (2016).

2.2.6 Internacionalização das empresas

Empresas de países com estruturas institucionais frágeis têm dificuldades para obter financiamento externo. Visto que, geralmente, é difícil apresentar garantias suficientes aos investidores externos que os conflitos de agência e a assimetria de informação são controlados. Então, tais investidores reagem a essa falta de proteção, aumentando o custo de capital (Lang, Lins & Miller, 2003; Leuz, 2006).

Sendo assim, as empresas têm incentivos para procurar dispositivos de adesão que transmitam maior segurança aos investidores externos. Nesse sentido, negociar ações em bolsas americanas pode ser um desses dispositivos (Leuz, 2006; Chang & Sun, 2009). Autores como Leuz (2006), Hope, Kang e Kim (2013) e Parte-Esteban e García (2014) argumentam que a listagem em bolsas americanas dificulta aos controladores extrair benefícios de controle privado e, também, aos gestores para expropriarem investidores.

A lógica é que o sistema regulatório americano confere direitos mais fortes aos investidores externos do que na maioria dos outros países. Além disso, esses direitos são mais estritamente aplicados, seja por meio da *Securities and Exchange Commission* (SEC) ou de litígios privados de valores mobiliários. Assim, negociando ações em bolsas americanas, as empresas estrangeiras se sujeitam a essas leis e a sua aplicação (Leuz, 2006; Hope *et al.* 2013).

Leuz (2006) destaca que as bolsas americanas também obrigam as empresas estrangeiras a aumentarem, substancialmente, as suas divulgações, tornando menos oneroso, para os diversos *stakeholders* de fora da empresa, o monitoramento dos seus investimentos. Por fim, descreve que a listagem em bolsas americanas também pode aumentar a atenção dos analistas financeiros e o monitoramento de participantes mais sofisticados do mercado de capitais dos EUA, como investidores institucionais, por exemplo. Diante disso, se estabelece a sexta hipótese de pesquisa:

H₆: A qualidade da informação contábil é superior em empresas que negociam ações em bolsas americanas.

Portanto, espera-se que empresas que negociam ações em bolsas de valores americanas divulgarão informações de melhor qualidade, assim como apontaram Leuz (2006), Chang e Sun (2009), Hope *et al.* (2013) e Parte-Esteban e García (2014).

3. Procedimentos Metodológicos

Para atender ao objetivo proposto, realizou-se pesquisa descritiva e de abordagem quantitativa. A população da pesquisa compreendeu as companhias abertas listadas na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo (BM&FBovespa). A amostra foi considerada intencional, não probabilística e compreendeu as cem maiores companhias da BM&FBovespa, usando como critério o ativo total apresentado nos balanços patrimoniais de 31 de dezembro de 2015. A escolha pelas maiores companhias justifica-se pela representatividade econômica que possuem.

Inicialmente, foi analisada a qualidade da informação contábil, por meio do constructo desenvolvido por Fathi (2013), que elaborou um índice com objetivo de medir o nível e a qualidade das informações divulgadas pelas empresas. O índice é composto por itens que devem ser divulgados por todas as empresas, ou seja, não contém itens específicos para um determinado ramo de atividade, por exemplo. O índice apresenta 78 itens, divididos em sete categorias: 1) Informações gerais e estratégicas; 2) Informações sobre as demonstrações financeiras; 3) Dados sociais e ambientais; 4) Governança corporativa; 5) Informações financeiras e de mercado; 6) Projeções de informações; 7) Outras informações.

O índice contempla informações obrigatórias e voluntárias e foi elaborado principalmente a partir dos estudos de Haniiffa e Cooke (2002), Collett e Hrasky (2005), Hassan, Giorgioni e Romilly (2006) e Banghoj e Plenborg (2008). Além disso, Fathi (2013) ressaltou que os itens selecionados para o índice contemplam as principais características da informação financeira divulgada, como relevância, confiabilidade e inteligibilidade, por exemplo.

Essa forma de avaliação da qualidade da informação contábil, por meio de índices semelhantes, já foi realizada também por outros pesquisadores, entre eles: Inchausti (1997), Naser e Nuseibeh (2003), Huafang e Jianguo (2007), Wang *et al.* (2008), Gabriel (2011) e Yurisandi e Puspitasari (2015).

Em seguida, foram coletados os dados dos fatores descritos na literatura como determinantes da qualidade da informação contábil, como destacado no construto da pesquisa, apresentado no Quadro 1.

Quadro 1

Variáveis do estudo

Variável dependente	Métrica	Fonte	Autores de base
Qualidade da informação contábil	Índice baseado em 78 indicadores elaborado por Fathi (2013)	BM&FBovespa, demonstrações contábeis, Formulário de Referência	Fathi (2013)
Variáveis independentes	Métrica	Fonte	Autores de base
Governança Corporativa	Variável categórica que recebeu valor "1" quando a empresa da amostra estava listada no IGCX e "0", caso contrário	BM&FBovespa	Fathi (2013), Mansor <i>et al.</i> (2013), Chi <i>et al.</i> (2015), Shan (2015), Luthan <i>et al.</i> (2016) e Xue e Hong (2016)
Tipo da Empresa de Auditoria	Variável categórica que recebeu valor "1" quando a empresa da amostra era auditada por <i>big four</i> e "0", caso contrário	Formulário de Referência	Kouaib e Jarboui (2014), Shan (2015), Huguet e Gandía (2016) e Xue e Hong (2016)
Comitê de Auditoria	Variável categórica que recebeu valor "1" quando a empresa da amostra possuía comitê de auditoria e "0", caso contrário	Formulário de Referência	Fathi (2013), Mansor <i>et al.</i> (2013), Badolato <i>et al.</i> (2014) e Luthan <i>et al.</i> (2016)
Concentração de Propriedade	Percentual de ações ordinárias em posse do maior acionista	Economática	Usman e Yero (2012), Kouaib e Jarboui (2014), Shan (2015) e Bao e Lewellyn (2017)
Presença de Investidor Institucional	Variável categórica que recebeu valor "1" quando a empresa da amostra possuía investidor institucional no quadro acionário e "0", caso contrário	Formulário de Referência	Koh (2007), Hadani <i>et al.</i> (2011), Njah e Jarboui (2013), Lin <i>et al.</i> (2014) e Kim <i>et al.</i> (2016)
Internacionalização das Empresas	Variável categórica que recebeu valor "1" quando a empresa da amostra negociava ações em bolsa de valores americana e "0", caso contrário	BM&FBovespa	Leuz (2006), Chang e Sun (2009), Hope <i>et al.</i> (2013) e Parte-Esteban e García (2014)
Variáveis de controle	Métrica	Fonte	Autores de base
Tamanho	Logaritmo natural do ativo total	Economática	Badolato <i>et al.</i> (2014), Chi <i>et al.</i> (2015) e Huguet e Gandía (2016)
Endividamento	PC + PNC Ativo total	Economática	Shan (2015), Chi <i>et al.</i> (2015), Bao e Lewellyn (2017) e Xue e Hong (2016)
Crescimento de Vendas	Percentual médio de crescimento das vendas dos últimos três anos	Economática	Badolato <i>et al.</i> (2014), Bouvatier <i>et al.</i> (2014), Chi <i>et al.</i> (2015) e Huguet e Gandía (2016)

Fonte: elaborado pelos autores.

Observa-se, no Quadro 1, que os dados foram coletados no site da BM&FBovespa, no banco de dados Economática, nos Formulários de Referência e referem-se ao período de 2015. As variáveis de controle, ou seja, variáveis que também podem influenciar a qualidade da informação, conforme indicado na literatura, também consideradas variáveis independentes na regressão, foram:

- a. Tamanho: empresas maiores tendem a possuir estruturas de governança e controles internos de melhor qualidade. Também estão sujeitas a análises mais rigorosas por parte de investidores e analistas. Deste modo, espera-se uma associação positiva entre qualidade da informação contábil e o tamanho das empresas, conforme sugerem Badolato *et al.* (2014), Chi *et al.* (2015) e Huguet e Gandía (2016), por exemplo.
- b. Endividamento: empresas com maior nível de endividamento estão mais suscetíveis às práticas que podem prejudicar a qualidade da informação para evitar a violação de *covenants* de contratos de financiamentos, de acordo com Shan (2015), Chi *et al.* (2015), Bao e Lewellyn (2017) e Xue e Hong (2016).
- c. Crescimento: os gestores de empresas com alto potencial de crescimento tendem a possuir maior preocupação com a necessidade de atingir metas de resultados e, por isso, possuem mais incentivos ao envolvimento em ações que possam prejudicar a qualidade da informação. Além disso, empresas em crescimento precisam de maiores financiamentos e novos investidores. Esta variável já foi utilizada por Badolato *et al.* (2014), Bouvatier *et al.* (2014), Chi *et al.* (2015) e Huguet e Gandía (2016).

Após a coleta dos dados, realizou-se a análise. Inicialmente, ocorreu uma análise descritiva das principais variáveis de interesse da pesquisa. Em seguida, a análise de regressão linear múltipla foi realizada para verificar a influência dos diversos fatores, bem como das demais variáveis de controle na qualidade da informação contábil.

Destaca-se que foram observados os pressupostos de normalidade, por meio do teste de Kolmogorov-Smirnov; multicolinearidade, por meio do fator de inflação de variância (VIF e Tolerance); homocedasticidade, por meio do teste de Pesarán-Pesarán; e ausência de autocorrelação serial, por meio do teste de Durbin-Watson.

4. Descrição e Análise dos Dados

Esta seção contém a descrição e análise dos dados. Primeiramente, apresentam-se as estatísticas descritivas da variável qualidade da informação. Em seguida, as estatísticas descritivas dos fatores determinantes da qualidade, bem como das variáveis de controle. Por fim, apresentam-se os resultados da regressão linear múltipla que possibilitou verificar o poder preditivo dos fatores na qualidade da informação.

A Tabela 1 apresenta as estatísticas descritivas do índice geral de qualidade da informação e das sete subcategorias que o compõem.

Tabela 1

Estatísticas descritivas da qualidade da informação contábil

Qualidade da informação	Nº	Mínimo	Máximo	Média	Desv. pad.
1 - Informações gerais e estratégicas	100	0,85	1,00	0,94	0,05
2 - Informações sobre as demonstrações financeiras	100	0,92	1,00	0,99	0,03
3 - Dados sociais e ambientais	100	0,85	1,09	0,95	0,05
4 - Informações sobre governança corporativa	100	0,06	1,00	0,94	0,10
5 - Informações financeiras e de mercado	100	0,17	0,78	0,70	0,06
6 - Projeção de informações	100	0,00	1,00	0,17	0,26
7 - Outras informações	100	0,17	0,71	0,53	0,09
Índice geral de qualidade da informação	100	0,39	0,87	0,78	0,05

Fonte: dados da pesquisa.

Conforme descrito na seção de procedimentos metodológicos, o índice foi elaborado por Fathi (2013) e possui sete subcategorias que, quando tomadas em conjunto, geram o índice geral de qualidade da informação. De acordo com a Tabela 1, observa-se que a segunda subcategoria relativa às “Informações sobre as Demonstrações Financeiras” se destacou com a maior média, equivalente a 99% das informações divulgadas. Entre os 12 itens analisados, o mínimo de informações divulgadas nessa subcategoria foi igual a 92% e o máximo foi igual a 100%.

Também se destacaram positivamente as subcategorias “Informações Gerais e Estratégias”, “Dados Sociais e Ambientais” e “Informações sobre Governança Corporativa”, que evidenciaram em média 94%, 95% e 94%, respectivamente, dos itens verificados. Dentre estas, chamou a atenção o fato de haver uma empresa que evidenciou apenas 6% das informações sobre governança.

Negativamente, destacou-se a subcategoria referente às “Projeções de Informações”, com média correspondente a apenas 17% dos itens investigados. Entre os 4 itens analisados, o mínimo de informações divulgadas nessa subcategoria foi igual a 0% e o máximo foi igual a 100%. Além disso, essa subcategoria foi a que apresentou o maior desvio padrão (0,26), evidenciando maiores desigualdades nos percentuais de evidenciação. Ressalta-se ainda que as subcategorias 5 e 7 também apresentaram percentuais médios distantes de 100% e merecem atenção.

De forma geral, têm-se um índice médio de conformidade de 78%, ou seja, distante de 100%. A empresa com menor índice alcançou somente 39% de um total de 78 itens analisados, enquanto que o máximo atingindo foi de 87%. Cabe destacar que nenhuma empresa atingiu 100% de informações divulgadas, portanto, é evidente a necessidade do aumento da qualidade da informação. O percentual médio é equivalente ao encontrado por Fathi (2013), que investigou uma amostra de companhias francesas e constatou um percentual médio de 79%.

A Tabela 2 contempla a estatística descritiva dos fatores determinantes e das variáveis de controle da pesquisa.

Tabela 2

Estatística descritiva dos fatores determinantes e das variáveis de controle da pesquisa

Qualidade da informação	N	Mínimo	Máximo	Média	Desv. Pad.
Governança corporativa	100	0,00	1,00	0,74	0,44
Auditoria por <i>big four</i>	100	0,00	1,00	0,89	0,10
Comitê de auditoria	100	0,00	1,00	0,85	0,36
Concentração acionária	100	5,39	99,67	41,37	22,43
Participação acionária de investidor institucional	100	0,00	1,00	0,44	0,50
Listagem em bolsa de valores americana	100	0,00	1,00	0,19	0,39
Tamanho	100	2,69	8,95	7,13	0,63
Endividamento	100	0,14	1,35	0,66	0,18
Crescimento de vendas	100	-23,26	1590,03	40,22	187,78

Fonte: dados da pesquisa.

Nota-se, na Tabela 2, que 74% das companhias da amostra encontravam-se listadas em níveis diferenciados de governança corporativa, 89% delas eram auditadas por alguma das 4 grandes companhias de auditoria, ou seja, pela Deloitte Touche Tohmatsu, ou pela PricewaterhouseCoopers (PwC), ou Ernst & Young (E&Y), ou, ainda, pela Klynveld Peat Marwick Goerdeler (KPMG) e que 85% das companhias possuíam comitê de auditoria.

É possível verificar na Tabela 2 que o percentual médio de ações ordinárias em posse do maior acionista correspondia a 41,37%, sendo que o percentual mínimo era de apenas 5,39% e o máximo, muito próximo a 100%, correspondia a 99,67%. Verifica-se ainda que em 44% das empresas havia investidores institucionais e que apenas 19% delas negociavam ações em bolsas de valores americanas.

Por fim, em relação ao tamanho, endividamento e crescimento das vendas, observa-se na Tabela 2 que o Logaritmo médio do ativo total é de 7,13 (em milhares de reais corresponde a aproximadamente 33.659.076,10), o passivo circulante mais o passivo não circulante equivalem em média a 66% do ativo total e o crescimento médio das vendas dos últimos três anos foi de 40,22%.

Na Tabela 3, apresentam-se os coeficientes da regressão linear múltipla, que possibilitam analisar o poder preditivo dos fatores determinantes da qualidade da informação, bem como das variáveis de controle, na qualidade da informação (variável dependente).

Tabela 3

Coefficientes da equação da influência dos fatores determinantes na qualidade da informação

Variáveis	Coefficientes	(Estatística-t)
(Constante)	0,36*	(8,68)
Governança	0,00	(0,18)
Big four	0,37*	(13,12)
Com_Audit	0,03*	(3,17)
Conc_Acion	0,00	(-0,08)
Inv_Instit	0,01***	(1,72)
Internacional	0,02**	(2,10)
Tamanho	0,00	(1,01)
Endividamento	0,00	(0,15)
Crescimento	-0,00*	(-2,89)
R ² Ajustado	0,71	Durbin Watson 2,15
F-ANOVA	27,95*	Pesarán-Pesarán 0,58
		VIF/Tolerance <10

* significativo ao nível de 0,01; ** significativo ao nível de 0,05; *** significativo ao nível de 0,10.

Fonte: dados da pesquisa.

Observa-se, na Tabela 3, que o R² ajustado foi de 71%. Este R² ajustado é similar ao registrado em outras pesquisas, tais como de Siregar e Utama (2008), que apresentaram regressão com R² ajustado de 68%, também similar a Chi *et al.* (2015), que se basearam em regressão com R² de 65% e Huang e Xue (2016), com regressão de R² equivalente a 66%.

O teste F-ANOVA foi significativo (0,01), ou seja, o conjunto de variáveis independentes exerce influência sobre a variável dependente. O resultado da estatística de Durbin-Watson (2,15) demonstra que não há problemas de autocorrelação dos resíduos, já que o valor ficou próximo de dois. Ao se analisar o teste Pesarán-Pesarán, constatou-se que o pressuposto da homocedasticidade não foi violado. Por fim, verifica-se também que o fator de inflação de variância (VIF e Tolerance) apresentaram valores baixos. Portanto, neste caso, não há problema de multicolinearidade entre as variáveis independentes do modelo. Conforme Hair, Black, Babin, Anderson e Tatham (2009) um VIF é considerado alto quando está acima de dez.

É possível perceber, ainda na Tabela 3, que a variável “big four”, que capta se as companhias são auditadas pela Deloitte, PwC, E&Y ou KPMG, apresentou coeficiente positivo de 0,37 e estatisticamente significativo (0,01). Portanto, não foi possível rejeitar a hipótese H₂, pois o resultado demonstra que empresas auditadas por big four divulgam informações de melhor qualidade, assim como constataram também Kouaib e Jarboui (2014), Shan (2015), Huguet e Gandía (2016) e Xue e Hong (2016).

A variável “Com_Audit”, que verifica se as companhias possuem Comitê de Auditoria também apresentou coeficiente positivo (0,03) e estatisticamente significativo (0,01). Sendo assim, também não foi possível rejeitar a hipótese H₃, pois o resultado indica que as empresas que possuem tal comitê evidenciam informações de melhor qualidade. Esse resultado coaduna com os de Xie *et al.* (2003), Fathi (2013), Mansor *et al.* (2013), Badolato *et al.* (2014) e Luthan *et al.* (2016).

Nota-se, também, que a variável “Inv_Instit” foi outra variável que apresentou coeficiente positivo (0,01) e estatisticamente significativo (0,10). Dessa forma, não se rejeita a hipótese H_5 , já que o resultado evidencia que nas empresas da amostra existe associação entre participação acionária de investidores institucionais e qualidade da informação contábil, assim como nas pesquisas de Koh (2007), Hadani et al. (2011), Njah e Jarbouli (2013), Lin *et al.* (2014) e Kim *et al.* (2016).

Entre os fatores determinantes, a última variável que apresentou significância estatística, a um nível de 0,05, foi a variável “Internacional”, que identifica se as companhias negociavam ações em bolsas de valores americanas. Portanto, a hipótese H_6 também não pode ser rejeitada, indicando, assim como nos estudos de Leuz (2006), Chang e Sun (2009), Hope *et al.* (2013) e Parte-Esteban e García (2014), que a internacionalização, ou negociação de ações em bolsa de valores americana, influencia no aumento da qualidade das informações.

Verifica-se ainda, na Tabela 3, que as variáveis “Governança” e “Conc_Acion” não apresentaram significância estatística, sendo assim, as hipóteses H_1 e H_4 foram rejeitadas. Ou seja, para a amostra desta pesquisa, não se confirmaram os resultados de Fathi (2013), Mansor *et al.* (2013), Chi *et al.* (2015), Shan (2015), Luthan *et al.* (2016) e Xue e Hong (2016), de que empresas com melhores práticas de governança corporativa estão mais propensas a divulgarem informações de qualidade superior. Também não foram confirmados os achados de Usman e Yero (2012), Bouvatier *et al.* (2014), Kouaib e Jarbouli (2014), Shan (2015) e Bao e Lewellyn (2017), de que empresas que possuem maior concentração acionária divulgam informações de melhor qualidade.

Todavia, em relação à governança corporativa, os resultados estão alinhados aos estudos nacionais de Erfurth e Bezerra (2013), Mazzioni, Prigol, Moura e Klann (2016), e Moura *et al.* (2016) que investigaram a influência da governança no gerenciamento de resultados (*proxy* para qualidade da informação) e também constataram que não havia relação. No que se refere à concentração acionária os resultados estão alinhados ao estudo nacional de Gonzaga e Costa (2009), que verificaram a influência da concentração no gerenciamento de resultados e, novamente, similar ao de Moura *et al.* (2016), que também não constataram influência da concentração acionária.

Em relação às variáveis de controle, verifica-se, na Tabela 3, que apenas a variável “Crescimento” revelou-se estatisticamente significativa. Esse resultado confirma os relatos de Badolato *et al.* (2014), Bouvatier *et al.* (2014), Chi et al. (2015) e Huguet e Gandía (2016) de que há uma tendência de que os gestores de empresas com alto potencial de crescimento, realmente, podem estar mais preocupados com a necessidade de atingir metas de resultados e, por isso, possuem mais incentivos ao envolvimento em ações que possam prejudicar a qualidade da informação.

No que se refere ao tamanho, não se confirmou que empresas maiores, por possuírem estruturas de governança e controles internos geralmente de melhor qualidade e por estarem sujeitas a análises mais rigorosas por parte de investidores e analistas, divulgariam informações de melhor qualidade, conforme constataram Rajpal (2012), Lee (2013) e Habbash *et al.* (2014), por exemplo.

Por fim, em relação ao endividamento, também não foi possível confirmar que empresas com maior nível de endividamento divulgam informações de qualidade inferior para evitar a violação de *covenants* de contratos de financiamentos, conforme salientaram autores como Rajpal (2012), Lee (2013), Alves (2014) e Habbash *et al.* (2014).

5. Considerações Finais

O objetivo do estudo foi identificar os fatores que influenciam a qualidade da informação contábil das maiores empresas listadas na BM&FBOVESPA. Para atender ao objetivo proposto, realizou-se pesquisa descritiva e de abordagem quantitativa em uma amostra de 100 companhias abertas listadas na BM&FBOVESPA.

Os resultados revelaram que a subcategoria relativa às “Informações sobre as Demonstrações Financeiras” se destacou com a maior média. De modo contrário, destacou-se a subcategoria referente às “Projeções de Informações”, com a menor média. De modo geral, verificou-se um índice médio de evidência equivalente a 78%, ou seja, distante de 100%. Este percentual médio foi equivalente ao encontrado por Fathi (2013) em uma amostra de companhias francesas.

Constatou-se que 74% das companhias da amostra encontravam-se listadas em níveis diferenciados de governança corporativa; 89% delas eram auditadas por alguma das 4 grandes companhias de auditoria; e que 85% possuíam Comitê de Auditoria. Também que o percentual médio de ações ordinárias em posse do maior acionista correspondia a 41,37%; que em 44% das empresas, havia investidores institucionais no quadro acionário; e que apenas 19% delas negociavam ações em bolsas de valores americanas.

Por fim, em relação aos fatores determinantes, os resultados demonstraram que o fato de a empresa ser auditada por uma grande *big four* reflete-se em informações divulgadas de melhor qualidade, assim como constataram Kouaib e Jarboui (2014), Shan (2015), Huguet e Gandía (2016) e Xue e Hong (2016). O mesmo ocorreu em relação ao Comitê de Auditoria, pois o coeficiente apresentou-se positivo e significativo, indicando que as empresas que possuíam tal comitê evidenciam informações de melhor qualidade, em linha com os resultados de Xie *et al.* (2003), Fathi (2013), Mansor *et al.* (2013), Badolato *et al.* (2014) e Luthan *et al.* (2016).

Conforme ressaltam Kouaib e Jarboui (2014) e Huguet e Gandía (2016), grandes empresas de auditoria podem fornecer auditoria de qualidade superior no comparativo com auditores não *big four*. Isso ocorre, segundo eles, porque as *big four* possuem mais recursos, tecnologia e pessoal melhor treinado para a prática de auditoria. Também não se importarão de perder clientes que não priorizam a qualidade da informação. No tocante ao comitê, uma das principais funções é supervisionar o processo de elaboração dos relatórios financeiros nas empresas. De acordo com Klein (2002), o comitê se reúne regularmente com auditores externos, gestores financeiros internos e revê, constantemente, processos de auditoria e controles internos de contabilidade para melhorar a qualidade da informação.

Constatou-se também que, nas empresas da amostra, existe associação entre participação acionária de investidores institucionais e qualidade da informação contábil, assim como evidenciaram os achados de Koh (2007), Hadani *et al.* (2011), Njah e Jarboui (2013), Lin *et al.* (2014) e Kim *et al.* (2016).

Os investidores institucionais geralmente têm grandes percentuais de ações e, por isso, mais incentivos para acompanhamento das ações das empresas, segundo Bao e Lewellyn (2017). Em razão disso, de acordo com Ingley e Van Der Walt (2004), a propriedade institucional pode servir como um elemento de controle efetivo, ou seja, pode cumprir funções de governança, no sentido de monitorar, disciplinar e influenciar os gestores corporativos.

A internacionalização das empresas, assim como nos estudos de Leuz (2006), Chang e Sun (2009), Hope *et al.* (2013) e Parte-Esteban e García (2014) também se revelou determinante da qualidade da informação contábil. A lógica, de acordo com autores como Leuz (2006) e Hope *et al.* (2013), é que o sistema regulatório americano confere direitos mais fortes aos investidores externos do que na maioria dos outros países. Há exigências mais rígidas para o cumprimento de tais direitos, seja por meio da SEC ou de litígios privados de valores mobiliários. Então, negociando ações em bolsas americanas, as empresas estrangeiras se sujeitam a essas leis e a sua aplicação e tendem a divulgação de informações de melhor qualidade.

Os resultados permitiram constatar ainda que as variáveis “Governança” e “Concentração Acionária” não apresentaram significância estatística. Em relação à governança, este resultado está alinhado aos estudos nacionais de Erfurth e Bezerra (2013), Mazzioni *et al.* (2016) e Moura *et al.* (2016), que investigaram a influência da governança no gerenciamento de resultados (*proxy* para qualidade da informação) e que também constataram que não havia relação. Uma justificativa para essa falta de relação é que os níveis de governança não interferem na qualidade da informação. No que se refere à Concentração Acionária, os resultados estão alinhados ao estudo nacional de Gonzaga e Costa (2009), que verificaram a influência da concentração no conservadorismo contábil e, novamente, similar ao de Moura *et al.* (2016), que também não constataram influência da concentração acionária. Uma justificativa para este resultado recai no fato de que, no Brasil, a propriedade concentrada é a estrutura predominante na maioria das empresas e, conseqüentemente, não influencia a qualidade da informação contábil.

Ressalta-se que os resultados despertam o interesse para novas pesquisas. Sendo assim, recomenda-se a ampliação do universo de pesquisa, bem como do período investigado. Outra recomendação diz respeito à utilização de empresas do setor financeiro. Também seria interessante realizar o estudo segregando os setores para analisar a qualidade da informação por setor.

Referências

- Alves, S. (2014). The effect of board independence on the earnings quality: evidence from portuguese listed companies. *Australasian Accounting Business & Finance Journal*, 8(3), 23. DOI: <https://doi.org/10.14453/aabfj.v8i3.3>
- Badolato, P. G., Donelson, D. C., & Ege, M. (2014). Audit committee financial expertise and earnings management: The role of status. *Journal of Accounting and Economics*, 58(2), pp. 208-230. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jacceco.2014.08.006>
- Banghoj, J., & Plenborg, T. (2008). Value relevance of voluntary disclosure in the annual report. *Accounting & Finance*, 48(2), pp. 159-180.
- Bao, S. R., & Lewellyn, K. B. (2017). Ownership structure and earnings management in emerging markets - An institutionalized agency perspective. *International Business Review*.
- Biddle, G. C., & Hilary, G. (2006). Accounting quality and firm-level capital investment. *The Accounting Review*, 81(5), pp. 963-982. DOI: <https://doi.org/10.2308/accr.2006.81.5.963>
- Bouvatier, V., Lepetit, L., & Strobel, F. (2014). Bank income smoothing, ownership concentration and the regulatory environment. *Journal of Banking & Finance*, 41, pp. 253-270. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jbankfin.2013.12.001>
- Brandão, I. F., & Crisóstomo, V. L. (2015). Concentração de propriedade e qualidade da governança da empresa brasileira. *Revista Brasileira de Finanças*, 13(3), pp. 438-438.
- Bukhori, I., & Raharja, R. (2012). *Pengaruh good corporate governance dan ukuran perusahaan terhadap kinerja perusahaan* (studi empiris pada perusahaan yang terdaftar di BEI 2010). Doctoral dissertation, Fakultas Ekonomika dan Bisnis.
- Chang, J. C., & Sun, H. L. (2009). Crossed-listed foreign firms' earnings informativeness, earnings management and disclosures of corporate governance information under SOX. *The International Journal of Accounting*, 44(1), pp. 1-32. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.intacc.2008.12.004>
- Chen, X., Cheng, Q., & Wang, X. (2015). Does increased board independence reduce earnings management? Evidence from recent regulatory reforms. *Review of Accounting Studies*, 20(2), pp. 899-933. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11142-015-9316-0>

- Chi, C. W., Hung, K., Cheng, H. W., & Lieu, P. T. (2015). Family firms and earnings management in Taiwan: Influence of corporate governance. *International Review of Economics & Finance*, 36, pp.88-98.
- Collett, P., & Hrasky, S. (2005). Voluntary disclosure of corporate governance practices by listed Australian companies. *Corporate Governance: An International Review*, 13(2), pp. 188-196.
- Dharma, C. Y. S., & Nugroho, P. I. (2013). Corporate Governance, Financial Distress, and Voluntary Disclosure. In *Proceedings of the International Conference on Managing the Asian Century* (pp. 217-224). Springer Singapore.
- Dechow, P., Ge, W., & Schrand, C. (2010). Understanding earnings quality: A review of the proxies, their determinants and their consequences. *Journal of accounting and economics*, 50(2), pp. 344-401. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jacceco.2010.09.001>
- Dyck, A., & Zingales, L. (2004). Private benefits of control: An international comparison. *The Journal of Finance*, 59(2), pp. 537-600. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1540-6261.2004>
- Erfurth, A. E., & Bezerra, F. A. (2013). Gerenciamento de resultados nos diferentes níveis de governança corporativa. *Base – Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos*, 10(1), pp. 32-42. DOI: <https://doi.org/10.4013/base.2013.101.03>
- Fathi, J. (2013). The determinants of the quality of financial information disclosed by French listed companies. *Mediterranean Journal of Social Sciences*, 4(2), p. 319-336. DOI: <https://doi.org/10.5901/mjss.2013.v4n2p319>
- Gabriel, F. (2011). *Impacto da adesão às práticas recomendadas de governança corporativa no índice de qualidade da informação contábil*. (Doctoral dissertation, Universidade de São Paulo), São Paulo, SP.
- Gabriel, F. (2011). *Impacto da adesão às práticas recomendadas de governança corporativa no índice de qualidade da informação contábil*. Dissertação de doutorado da Universidade de São Paulo), São Paulo, SP, Brasil.
- Gaio, C. (2010). The relative importance of firm and country characteristics for earnings quality round the world. *European Accounting Review*, 19(4), pp. 693-738. DOI: <http://dx.doi.org/10.1080/09638180903384643>
- García, M. D. P. R., Alejandro, K. A. C., Sáenz, A. B. M., & Sánchez, H. H. G. (2016). Does an IFRS adoption increase value relevance and earnings timeliness in Latin America? *Emerging Markets Review*.
- Gonzaga, R. P., & da Costa, F. M. (2009). A relação entre o conservadorismo contábil e os conflitos entre acionistas controladores e minoritários sobre as políticas de dividendos nas empresas brasileiras listadas na Bovespa. *Revista Contabilidade & Finanças*, 20(50), pp. 95-109.
- Habbash, M., Xiao, L., Salama, A., & Dixon, R. (2014). Are Independent Directors and Supervisory Directors Effective in Constraining Earnings Management? *Journal of finance, accounting and Management*, 5(1), pp. 125.
- Hadani, M., Goranova, M., & Khan, R. (2011). Institutional investors, shareholder activism, and earnings management. *Journal of Business Research*, 64(12), pp. 1352-1360.
- Hair, J. F., Black, W. C., Babin, B. J., Anderson, R. E., & Tatham, R. L. (2009). *Análise multivariada de dados*. Porto Alegre: Bookman Editora.
- Haniffa, R. M., & Cooke, T. E. (2002). Culture, corporate governance and disclosure in Malaysian corporations. *Abacus*, 38(3), pp. 317-349.
- Hassan, O. A., Giorgioni, G., & Romilly, P. (2006). The extent of financial disclosure and its determinants in an emerging capital market: the case of Egypt. *International Journal of Accounting, Auditing and Performance Evaluation*, 3(1), pp. 41-67. DOI: <https://doi.org/10.1504/IJAAPE.2006.010102>

- Hope, O. K., Kang, T., & Kim, J. W. (2013). Voluntary disclosure practices by foreign firms cross-listed in the United States. *Journal of Contemporary Accounting & Economics*, 9(1), pp. 50-66.
- Huafang, X., & Jianguo, Y. (2007). Ownership structure, board composition and corporate voluntary disclosure: Evidence from listed companies in China. *Managerial Auditing Journal*, 22(6), pp. 604-619.
- Huang, Z., & Xue, Q. (2016). Re-examination of the effect of ownership structure on financial reporting: Evidence from share pledges in China. *China Journal of Accounting Research*, 9(2), pp. 137-152.
- Huguet, D., & Gandía, J. L. (2016). Audit and earnings management in Spanish SMEs. *BRQ Business Research Quarterly*, 19(3), pp. 171-187. DOI: <http://dx.doi.org/10.1016/j.brq.2015.12.001>
- Ingle, C. B., & Van Der Walt, N. T. (2004). Corporate governance, institutional investors and conflicts of interest. *Corporate Governance: An International Review*, 12(4), pp. 534-551. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1467-8683.2004.00392.x>
- Isidro, H., & Raonic, I. (2012). Firm incentives, institutional complexity and the quality of “harmonized” accounting numbers. *The International Journal of Accounting*, 47(4), pp. 407-436. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.intacc.2012.10.007>
- Inchausti, B. G. (1997). The influence of company characteristics and accounting regulation on information disclosed by Spanish firms. *European accounting review*, 6(1), pp. 45-68.
- Iudícibus, S. (2010). *Teoria da contabilidade*. 10ª. ed. São Paulo: Atlas.
- Kim, I., Miller, S., Wan, H., & Wang, B. (2016). Drivers behind the monitoring effectiveness of global institutional investors: Evidence from earnings management. *Journal of Corporate Finance*, 40, pp. 24-46.
- Klein, A. (2002). Audit committee, board of director characteristics, and earnings management. *Journal of accounting and economics*, 33(3), pp. 375-400.
- Koh, P. S. (2007). Institutional investor type, earnings management and benchmark beaters. *Journal of Accounting and Public Policy*, 26(3), pp. 267-299.
- Kouaib, A., & Jarboui, A. (2014). External audit quality and ownership structure: interaction and impact on earnings management of industrial and commercial Tunisian sectors. *Journal of Economics Finance and Administrative Science*, 19(37), pp. 78-89. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jefas.2014.10.001>
- Lang, M. H., Lins, K. V., & Miller, D. P. (2003). ADRs, analysts, and accuracy: Does cross listing in the United States improve a firm’s information environment and increase market value? *Journal of Accounting Research*, 41(2), pp. 317-345.
- Lee, Y. C. (2013). Can independent directors improve the quality of earnings? Evidence from Taiwan. *Advances in Management and Applied Economics*, 3(3), p. 45-66.
- Leuz, C. (2006). Cross listing, bonding and firms’ reporting incentives: A discussion of Lang, Raedy and Wilson (2006). *Journal of Accounting and Economics*, 42(1), pp. 285-299.
- Leuz, C., & Verrecchia, R. E. (2000). The economic consequences of increased disclosure (digest summary). *Journal of accounting research*, 38(3), pp. 91-124.
- Lin, F., Wu, C. M., Fang, T. Y., & Wun, J. C. (2014). The relations among accounting conservatism, institutional investors and earnings manipulation. *Economic Modelling*, 37, pp. 164-174.
- Luthan, E., Satria, I., & Ilmainir. (2016). The Effect of Good Corporate Governance Mechanism to Earnings Management before and after IFRS Convergence. *Procedia-Social and Behavioral Sciences*, 219, pp. 465-471. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.sbspro.2016.05.021>
- Mansor, N., Che-Ahmad, A., Ahmad-Zaluki, N. A., & Osman, A. H. (2013). Corporate governance and earnings management: A study on the Malaysian family and non-family owned PLCs. *Procedia Economics and Finance*, 7, pp. 221-229. DOI: [https://doi.org/10.1016/S2212-5671\(13\)00238-4](https://doi.org/10.1016/S2212-5671(13)00238-4)

- Mazzioni, S., Prigol, V., Moura, G. D., & Klann, R. C. (2016). Influência da governança corporativa e da estrutura de capital no gerenciamento de resultados. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 12(27), pp. 61-86.
- Miko, N. U., & Kamardin, H. (2015). Impact of audit committee and audit quality on preventing earnings management in the pre-and post-Nigerian corporate governance code 2011. *Procedia-Social and Behavioral Sciences*, 172, pp. 651-657. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.sbspro.2015.01.415>
- Moura, G. D., Ziliotto, K., & Mazzioni, S. (2016). Fatores determinantes da qualidade da informação contábil em empresas brasileiras listadas na BM&FBovespa. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 10(27), pp. 17-30.
- Naser, K., & Nuseibeh, R. (2003). Quality of financial reporting: evidence from the listed Saudi nonfinancial companies. *The International Journal of Accounting*, 38(1), pp. 41-69.
DOI: <https://doi.org/10.6007/IJARBSS/v4-i6/930>
- Njah, M., & Jarbouli, A. (2013). Institutional investors, corporate governance, and earnings management around merger: evidence from French absorbing firms. *Journal of Economics Finance and Administrative Science*, 18(35), pp. 89-96.
- Parte-Esteban, L., & García, C. F. (2014). The influence of firm characteristics on earnings quality. *International Journal of Hospitality Management*, 42, pp. 50-60. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.ijhm.2014.06.008>
- Paulo, E., & Martins, E. (2007). Análise da qualidade das informações contábeis nas companhias abertas. *Anais do Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, São Paulo, SP, Brasil*, 31, pp. 1-16.
- Paulo, E., Cavalcante, P. R. N., & Melo, I. I. S. L. (2012). Qualidade das informações contábeis na oferta pública de ações e debêntures pelas companhias abertas brasileiras. *Brazilian Business Review*, 9(1), pp. 1-26.
- Rajpal, H. (2012). Independent Directors and Earnings Management: Evidence from India. *International Journal of Accounting and Financial Management Research*, 2(4), pp. 2249-6882.
- Riwayati, H. E., & Siladjaja, M. (2016). Implementation of Corporate Governance Influence to Earnings Management. *Procedia-Social and Behavioral Sciences*, 219, pp. 632-638.
- Rusanescu, S. (2013). La internacionalización de la empresa y la calidad de la información contable: evidencia para España. *Instituto de Contabilidad y Auditoría*, pp. 1-93.
- Shah, S. Z. A., Zafar, N., & Durrani, T. K. (2009). Board composition and earnings management an empirical evidence form Pakistani Listed Companies. *Middle eastern finance and economics*, 3(29), pp. 3044 (encontrei páginas de 1-11) – professor favor verificar
- Shan, Y. G. (2015). Value relevance, earnings management and corporate governance in China. *Emerging Markets Review*, 23, pp. 186-207. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.ememar.2015.04.009>
- Usman, S. H., & Yero, J. I. (2012). Ownership concentration and earnings management practice of nigerian listed conglomerates. *American International journal of contemporary Research*, 2(7), pp. 157-171.
- Xie, B., Davidson III, W. N., & DaDalt, P. J. (2003). Earnings management and corporate governance: the role of the board and the audit committee. *Journal of corporate finance*, 9(3), pp. 295-316.
- Xue, S., & Hong, Y. (2016). Earnings management, corporate governance and expense stickiness. *China Journal of Accounting Research*, 9(1), pp. 41-58.
- Yoon, S. (2007). *Accounting Quality and International Accounting Convergence* (Doctoral dissertation, Oklahoma State University) - Oklahoma State University, Oklahoma.

- Young, D., & Guenther, D. A. (2003). Financial reporting environments and international capital mobility. *Journal of Accounting Research*, 41(3), pp. 553-579. DOI: <https://doi.org/10.1111/1475-679X.00116>
- Yurisandi, T., & Puspitasari, E. (2015). Financial Reporting Quality-Before and After IFRS Adoption Using NiCE Qualitative Characteristics Measurement. *Procedia-Social and Behavioral Sciences*, 211, pp. 644-652. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.sbspro.2015.11.091>
- Wang, K., Sewon, O., & Claiborne, M. C. (2008). Determinants and consequences of voluntary disclosure in an emerging market: Evidence from China. *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation*, 17(1), pp. 14-30.